

## A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL “MACHADO DE ASSIS” SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

Samyr Paula Souza<sup>1</sup>

Janine Lopes Carvalho<sup>2</sup>

[janinelcarvalho@gmail.com](mailto:janinelcarvalho@gmail.com)

**ÁREA DE CONHECIMENTO:** Ciências da Saúde

### RESUMO

A inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no ensino regular é vista como um grande desafio para o corpo docente, principalmente na rede pública. O objetivo desse estudo foi avaliar as perspectivas e os desafios da inclusão escolar para os professores de uma escola pública no município de Tocantins-MG. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com os professores da escola estadual “Machado de Assis”. Foi observado que a inclusão escolar ainda é um grande desafio e os professores demonstram seu receio ao lidar com ela seja pela falta de capacitação ou incentivo do governo em melhorias na parte da acessibilidade.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar; pessoa com deficiência; atendimento educacional especializado.

### 1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar teve seu marco na Conferência Mundial da Educação Especial realizada em Salamanca no ano de 1994, onde foi criada a Declaração de Salamanca que determinou que toda criança tem direito à educação e que essas crianças possuíam características diversas e os programas educacionais deveriam ser adequados às necessidades de aprendizagem (UNESCO, 1994).

Até pouco tempo atrás, os alunos com algum tipo de deficiência eram educados separadamente em escolas especiais ou instituições destinadas ao atendimento destes alunos. A inclusão escolar de pessoas com deficiências é um tema de grande relevância e vem ganhando cada vez mais espaço em debates onde se percebe a necessidade de investimentos em capacitações profissionais e a diminuição de barreiras arquitetônicas e atitudinais. A inclusão de alunos com

---

<sup>1</sup> Educador Físico, pós-graduado em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância - NGIME/UFJF, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Eliana Lúcia Ferreira. Mestre em Psicologia, Graduada em Psicologia. Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

deficiências no ensino regular implica em transformação significativa de atitudes e posturas, principalmente em relação à prática pedagógica, à modificação do sistema de ensino e à organização das escolas para que se ajustem às especificidades de todos os educandos.

A verdadeira efetivação da inclusão escolar exige superar desafios como capacitação dos professores, estabelecer novas formas pedagógicas, criar uma rede de apoio com profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos entre outros. “É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos” (MARCHESI, 2004, p.44).

Por se reconhecer a importância da inserção escolar no desenvolvimento das crianças com deficiências justifica-se a relevância do trabalho. Espero que este estudo possa contribuir para a divulgação dos quesitos que são necessários para que a inclusão de alunos com deficiência seja de fato efetiva nas escolas.

A educação inclusiva vem gerando muitos questionamentos principalmente sobre como a escola vem se estruturando para receber alunos com necessidades educativas especiais. Os professores estão sendo capacitados para lidar com as diferenças? Para tanto esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar as perspectivas e os desafios da inclusão escolar para os professores da escola estadual “Machado de Assis”. Como objetivos específicos teve: analisar como os professores percebem a inclusão; identificar as principais barreiras identificadas pelos professores para trabalhar com alunos com deficiência e averiguar as principais dificuldades desses alunos para a aprendizagem.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se por educação especial aquela que é dirigida as pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação (LDB 9.394/96, art.58). O Estado deve garantir que estes alunos tenham atendimento especializado e que essa inclusão no ensino não pode ser discriminatória e deve sempre envolver as famílias.

No Brasil, a inclusão é afiançada por leis e documentos oficiais, que preveem a criação e execução de políticas públicas para a formação de professores para trabalhar a inclusão, numa tentativa de abrandar os efeitos da exclusão e acatar à nova ordem vigente, que é a de ensinar a todos, sem distinção (ALMEIDA et al.,

2007). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9364, em 1996, assegurou que a criança deficiente física, sensorial e mental pode e deve estudar em classes de ensino regular e o artigo 58 prevê que quando necessário o apoio de serviços especializados. Ainda, no artigo 59 contempla que o trabalho pedagógico seja organizado adequadamente e que os professores capacitados para integrar os alunos com deficiência nas classes comuns. Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as escolas deveriam acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

As escolas de ensino regular encontram-se em transformação, tanto em seu espaço físico, quanto em relação aos métodos de ensino, evidenciando a adaptação dos currículos, dos planejamentos realizados pelos professores, das estratégias que são elaboradas para que ocorra a participação de todos os alunos nas atividades propostas no cotidiano escolar (SENO,2009).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), na perspectiva da educação inclusiva, tem um caráter exclusivamente de suporte e apoio à educação regular, através do atendimento à escola, ao professor de classe e ao aluno. O atendimento educacional especializado foi criado para dar um suporte para os alunos com deficiência para facilitar o acesso ao currículo de acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008.

De acordo com documentos do MEC (2009):

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum (MEC, 2009).

O AEE necessita ser ofertado no período inverso ao da classe frequentada pelo aluno e de preferência, na própria escola. Nas escolas de ensino regular o AEE precisa acontecer em salas de recursos multifuncionais que é um lugar organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para a atenção às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário a estes alunos, beneficiando seu acesso à informação (MEC, 2009).

A construção de uma escola numa perspectiva inclusiva é um dos grandes desafios dos sistemas educacionais (MARTINS, 2012). O papel do professor, numa escola que pauta nos princípios de uma educação inclusiva, é de facilitador no

processo de busca de conhecimento que parte do aluno. O professor é quem organiza situações de aprendizagem adequadas às diferentes condições e competências, oferecendo oportunidade de desenvolvimento pleno para todos os alunos (MIKUZAMI,1996). Silva (2003) aponta que no trabalho de inclusão é preciso envolver também a família como coparticipante no apoio ao aluno, possibilitando assim um trabalho integrado entre escola, família e profissionais.

Na interpretação de Mantoan (2004), a inclusão de alunos é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças.

De acordo com Moreira (2006) para que a escola seja inclusiva não basta que o aluno esteja em sala de aula, é necessária uma verdadeira transformação no sistema de ensino, abarcando o respeito às diferenças individuais, a colaboração entre os alunos, docentes capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, especialmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade. Na prática, ainda encontramos professores despreparados para essa realidade e com falta de uma rede de apoio para desenvolver o seu trabalho com qualidade.

Mantoan (2006) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas.

### **3 METODOLOGIA**

O método utilizado neste trabalho foi a pesquisa qualitativa. Segundo Gil (2002) a análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir

esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual “Machado de Assis”, no município de Tocantins, Minas Gerais, que atende alunos do Ensino Fundamental e conta atualmente com 428 alunos sendo que 16 alunos possuem laudos médicos que comprovam algum tipo de deficiência. A escola possui um quadro de 39 profissionais. No ano de 2018, a instituição contou com alunos do Ensino Fundamental divididos em seis turmas no matutino e sete turmas no vespertino.

A escola possui uma sala de recurso que atende aos alunos da rede estadual do município de Tocantins no contra turno escolar. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial para atender aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais durante sua vida escolar. O AEE deverá ocorrer no contra turno escolar e irá beneficiar tanto o aluno quanto ao professor da sala de aula comum. A lei diz que a oferta de educação especial deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. São atendidos na AEE até cinco alunos de cada vez e a sala dispõe de um professor capacitado em Educação Inclusiva, dois computadores programados com jogos para atender os alunos com deficiência.

Em 2017 a escola foi contemplada com uma verba para acessibilidade onde foram construídas rampas onde haviam irregularidades, nas salas foram feitas marcações para cadeirantes, o banheiro para deficiente foi adaptado de acordo com as normas vigentes e também foi adquirido um bebedouro adaptado e uma maca para troca de uma aluna que possui necessidade da mesma.

O material empírico foi colhido através de uma entrevista semiestruturada. Segundo Marconi e Lakatos (2003) as entrevistas semiestruturadas é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito. As questões para o foram elaboradas de forma simples e objetiva.

Foram selecionados para participar da pesquisa vinte professores A seleção dos participantes foi feita considerando o fato de terem alunos com deficiência em sua classe, bem como o interesse e a disponibilidade em participar da pesquisa. Foi entregue a eles a entrevista semiestruturada e apenas nove professores a devolveram respondida. Anexado a entrevista estava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa foi realizada nos meses de julho a setembro de 2018.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização das entrevistas foi feita a análise dos dados e a reflexão frente à percepção e os desafios enfrentados pelos professores na efetivação da inclusão.

Os nove professores entrevistados tiveram seus nomes alterados para resguardar sua identidade e foram chamados de: Ana, Marcos, Maria, Paula, Luana, Joana, Sueli, Antônio e Marta.

Todos os docentes possuem curso superior, sendo sete do sexo feminino e dois do sexo masculino. A experiência profissional dos participantes é na média de quinze anos.

Na primeira questão foi perguntado para os professores o que eles entendem sobre inclusão e obtive as seguintes repostas:

Inclusão, a meu ver, deveria ser TOTAL. Mas infelizmente, não é a realidade de nosso país. Lei no papel é muito bonito, mas a realidade de quem precisa de fato é bem diferente... isso, para todos os tipos de deficiências ou portadores de necessidades especiais (JOANA).

É um conjunto de meios e ações que garante a participação de todos na sociedade (MARIA).

Ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar (LUANA).

Direitos iguais para todos e condições de acesso a bens e serviços (MARTA).

Alguma deficiência que o aluno possui seja física, intelectual e fica inserida na sala de aula com alunos que não possui tal deficiência (ANA).

Garantir a participação, respeitadas as limitações individuais do sujeito, de todas as pessoas na vida social de um país (ANTÔNIO).

Inclusão é tratar todos de maneira justa e igualitária, respeitando as diferenças e individualidades (SUELI).

É a possibilidade de através de políticas públicas dêem oportunidades e criem condições de acesso e participação de todas as pessoas, especialmente aquela com algum tipo de deficiência (PAULA).

Incluir alguém em um grupo que antes não fazia parte (MARCOS).

A Inclusão é um processo que visa apoiar a Educação para Todos e para cada criança no Mundo (RODRIGUES, 2003). Esta ideia implica encarar a escola como um espaço onde todas as crianças e jovens têm lugar para aprender e adquirir conhecimento e para desenvolver-se enquanto pessoa.

Ao serem questionados sobre como avaliam o processo de inclusão de alunos deficientes na escola alguns responderam:

A estrutura física das escolas que leciono é satisfatória (JOANA).

Em relação à estrutura física podemos dizer que é precária, quanto ao pedagógico, contamos com professores de apoio como o Atendimento Educacional Especializado (MARIA).

Minha escola é considerada inclusiva apesar de não atender todas as especificações necessárias (MARTA).

Poderia ser melhor se tivesse mais empenho da equipe pedagógica (LUANA).

Não tenho na escola alunos com deficiência física, mas intelectual. É um processo muito complexo, pois não estamos preparados para lidar com certas situações que fogem do nosso controle. Um estresse total. Desdobramos para tentarmos fazer o melhor, mas muito difícil (ANA).

Acontece dentro da possibilidade a que a escola está submetida em termos de espaço físico e recursos humanos (ANTÔNIO).

Em nossa escola, como na maioria, realizamos a integração dos alunos. A inclusão ainda não acontece de verdade, pois há um despreparo material, emocional e profissional (SUELI).

Apesar de ser considerada uma escola inclusiva, ainda não consegue atingir todos os objetivos de uma perfeita inclusão social (PAULA).

Há inclusão decente para surdos-mudos, para cadeirantes poucas escolas estão realmente preparadas, assim como para cegos, para alunos com déficit de aprendizagem não há inclusão, pois, os mesmos não são capazes de acompanhar a turma sem uma ajuda especializada (MARCOS).

Segundo Seno (2009) o processo de inclusão apresenta-se gradativo nas escolas brasileiras, mas a inclusão dos alunos é apresentada como sendo um fator emergencial, que visa inserir as crianças na sociedade tendo como a primeira forma de introdução no ambiente escolar.

Em outra questão, os professores são questionados se a escola em que trabalham é preparada para receber os alunos com deficiência.

Como citei na questão anterior, a estrutura física, em geral é satisfatória, mas com relação a formação de pessoal para lidar com esse público é paupérrima. Incluir, sem capacitar profissionais para lidar com deficientes, a meu ver é um crime contra o corpo discente. Por isso penso que todos os governos, desde a esfera municipal a nacional deveria investir em APAES, onde o deficiente teria de fato suporte adequado à sua necessidade, ou seja, a sua deficiência (JOANA).

Não (MARIA).

Em parte, sim. Possui rampas de acesso para cadeirantes, banheiro para deficientes, sala de AEE, mas, porém, os funcionários não estão todos capacitados para atender os alunos com deficiência (MARTA).

Não, pois dependendo da deficiência não temos estrutura física adequada (LUANA).

Não, pois fazemos o que podemos para situações do tipo. (O impossível tentamos fazer) (ANA).

Não esta completamente preparada para todos os tipos de deficiência (ANTÔNIO).

Os deficientes físicos e surdos/mudos sim, os demais não (SUELI).

A parte física foi preparada (modificada) para esse fim, mas nosso pessoal ainda apresenta despreparo para lidar com algumas situações (PAULA).

Depende da deficiência (MARCOS).

Estes dados levam à reflexão de que a escola precisa de transformações em seu ambiente interno, em sua estrutura física e na preparação dos seus profissionais por meio da capacitação de cursos que os possibilitem aprofundarem os seus conhecimentos sobre a inclusão (SILVA e VOLPINI, 2014).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no capítulo V, artigo 59 destaca que o sistema de ensino deve assegurar o atendimento dos educandos com necessidades especiais.

Segundo Sousa e Tavares (2015), a adaptação das escolas em relação ao seu aspecto físico se faz essencial para que as crianças acessem todas as dependências conjugando as atividades, permitindo-as a participação nas estratégias propostas.

Seis professores quando perguntado se já participaram de uma capacitação voltada para atender alunos com deficiência responderam que não, apenas a professora Marta respondeu que fez alguns cursos de inclusão e que atualmente está fazendo pós-graduação em Educação especial e inclusão e um curso básico de libras. As professoras Luana e Sueli, já cursaram pós-graduação na área de Educação Inclusiva.

Ao responderem como avaliavam seu conhecimento quanto ao processo de inclusão os professores responderam:

Penso que necessita de menos preconceito da sociedade e mais investimento dos governos, desde a infraestrutura até o atendimento especializado (JOANA).

Fraco, pois estudei muito superficialmente em uma disciplina na faculdade (MARIA).

Acho tudo muito bonito no papel, mas na prática falta ainda muito a ser feito: capacitar os profissionais, equipar a escola com jogos, computadores adaptados... (MARTA).

Eu estou preparada, pois tenho pós-graduação na área e agora estou fazendo licenciatura, mas muito ainda a aprender (LUANA).

Somente pela experiência, que aprendi e ainda estou aprendendo a lidar com inclusão (ANA).

Ele é restrito. Apenas balizado em prática prévia e capacitação teórica em nível inicial (ANTÔNIO).

Confesso que me falta preparo para lidar com algumas situações (PAULA).

Tenho noções gerais do assunto, das principais deficiências, do que é necessário para atender cada caso. Porém não possuo formação suficiente para realizar a inclusão de verdade (SUELI).

Ruim (MARCOS).

Observa-se que esses professores consideram seus conhecimentos pouco satisfatórios e não se sentem preparados para desenvolver atividades com alunos com deficiência. Esse despreparo por parte dos professores em parte se explica pela ausência de cursos de capacitação o que gera desmotivação e insegurança por parte deles para ministrar aulas inclusivas. A necessidade de formação continuada é uma realidade para todos os professores e não somente para aqueles que trabalham com alunos com deficiência. Desta maneira o professor se sentirá mais seguro para trabalhar com uma sala heterogênea.

Ressalta-se que a capacitação dos professores através de cursos especializados apresenta-se como um desejo e uma crítica ao processo de inclusão, uma vez que, não é ofertado aos professores cursos que o capacitem, justificando os seus receios, em atender os alunos com deficiência. (SOUSA E TAVARES, 2015).

Foi perguntado sobre os fatores dificultadores encontrados no dia a dia.

Fatores dificultadores: passeios e ruas esburacadas, preconceitos de pessoas com relação ao portador de deficiência, famílias que não cuidam dos seus filhos e/ou familiares (JOANA).

Principal fator é a aceitação dos pais quanto a deficiência (MARIA).

Cooperação da maioria dos alunos atendidos no Atendimento Educacional Especializado, pois temos que ficar ligando e cobrando presença nos atendimentos (MARTA).

A maior dificuldade é a aceitação dos pais (LUANA).

Salas super cheias, alunos sem limites, falta de interesse, os alunos com deficiência intelectual dentro das salas (inclusão) se sentem mais excluídos (ANA).

Falta de um plano nacional de inclusão, que pudesse garantir mão de obra especializada no acompanhamento e suporte, melhorias físicas no ambiente e ações vinculadas a organizações já consagradas (como as APAES) (ANTÔNIO).

Salas de aula muito cheias, muitos alunos com dificuldade de aprendizagem, falta de tempo, espaço e materiais para atender a tantas diferenças (SUELI).

Alunos com dificuldade intelectual na mesma sala com outros alunos. Não consigo conciliar o conteúdo de maneira a não prejudicar nenhuma das partes (PAULA).

Alunos sem condições de aprender sem ajuda de especialistas (MARCOS).

Nesse sentido vemos que muitas mudanças fundamentais defendidas pela política da educação inclusiva como um número menor de alunos na sala de aula, a capacitação dos professores, as utilizações de estratégias pedagógicas diferenciadas têm que caminhar juntas para garantir a qualidade de ensino para todos os alunos.

Estes dados deixam evidente que os professores participantes da pesquisa não estão aptos para trabalhar a inclusão na sala de aula, o que os leva a se sentir inseguros e preocupados. Neste sentido, Glat, Magalhães e Carneiro (1998) afirmam que a escola inclusiva só poderá se concretizar quando os professores estiverem aptos a trabalhar com a diversidade dentro da sala de aula. A escola deve, então, estar provida de recursos humanos, pedagógicos e materiais adequados às necessidades e especificidades de cada aluno.

Quando questionados se consideram a escola inclusiva e adaptada obtive as seguintes repostas:

Não considero inclusiva, mas adaptada (JOANA).

Para algumas deficiências sim, adaptada não (MARIA).

Em parte, não totalmente (MARTA).

Não considero nem adaptada nem inclusiva (LUANA).

Não (ANA).

Pouco inclusiva e medianamente adaptada (ANTÔNIO).

Considero adaptada. Buscamos a inclusão diariamente tentando superar cada desafio (SUELI).

Sim, ela é adaptada (PAULA).

Mais ou menos (MARCOS).

A escola como um todo necessita estar preparada para sua transformação em uma escola inclusiva, ressaltando que o processo gradativo vem sendo desenvolvido em razão das dificuldades que as escolas enfrentam em seu cotidiano (SANTOS, 2012).

Quando questionados se a escola busca a interação com a família e como veem a participação da família na vida escolar do aluno responderam da seguinte maneira:

Não tenho contato (JOANA).

Muitas vezes precária, de difícil aceitação (MARIA).

Está sempre mantendo contato e buscando participação. Os alunos que a família acompanha, mantém frequência se desenvolvem melhor que aqueles que a família não acompanha e não dá a medicação correta (MARTA).

Sim. Alguns têm interesse outros não (LUANA).

Sim, sempre que possível solicitamos a presença da família na escola. À medida do possível participam da vida escolar do filho, mas raramente só em casos extremos mesmo. Pois nós professores quase nos matamos para fazer o melhor (ANA).

Há esforços nesse sentido, especialmente em relação à avaliação e encaminhamento aos profissionais capacitados ao diagnóstico e acompanhamento. Ela carece de maior apoio, pois difere pouco daquela dos familiares de alunos regulares, isto é, o interesse na vida escolar de ambos é baixo (ANTÔNIO).

De forma constante e contínua. Em alguns casos sem êxito. Alguns ignoram o problema, outros atendem como podem, pois nem sempre conseguem o necessário para os filhos. Falta medicação, terapia, profissionais especializados (SUELI).

Sim, sempre que possível os pais são chamados pela direção e supervisão, para trocas de informação. Imprescindível, algumas informações e direcionamentos somente a família poderá dar. Assim como algum tipo de evolução que esse aluno venha a ter (PAULA).

Não sei. Varia de acordo com a importância que dão os pais à educação, da mesma forma que os alunos considerados normais (MARCOS).

Para tanto é fundamental que, nesse processo de inclusão, a família esteja presente de maneira ativa, aproximando-se da escola e buscando auxiliar os professores através das informações do seu desenvolvimento fora do ambiente escolar para realização de medidas que favoreçam a formação integral dos alunos (SANTOS, 2012).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho pude observar que a inclusão escolar ainda é um grande desafio e os professores demonstram seu receio ao lidar com ela, seja por falta de capacitação ou incentivo do governo em melhorias na parte de acessibilidade. Demonstrou-se pelo estudo que a inclusão é favorável se ocorrer verdadeira interação escola-família, onde se devem buscar recursos para que a inclusão escolar deixe de ser somente uma obrigação e sim uma realidade. Inclusão não significa, simplesmente, matricular os alunos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica, porque pude perceber que a inclusão escolar sendo efetivada sem a infra-estrutura adequada, pode trazer mais prejuízos do que benefícios para quem dela faz parte.

Podemos perceber que, embora o número de alunos com deficiência matriculados em sala de ensino regular seja grande, os educadores ainda encontram muitas dificuldades ao receberem esses alunos. Observamos que esse despreparo dos professores leva a uma dificuldade para que a inclusão seja de maneira efetiva e também a um obstáculo de aprendizagem por parte desse aluno. Sabemos que a atitude do professor é um dos fatores que mais contribui para o sucesso de qualquer medida de inclusão do aluno com deficiência na escola regular.

Podemos perceber que a interação escola-família é extremamente importante porque somente quando conhecermos a potencialidade de cada um e trabalharmos juntamente com a família a inclusão poderá ser de fato efetiva.

Os professores devem buscar apoio na família e em todos os setores da escola. É fundamental, na perspectiva dos professores, que a família esteja presente de forma ativa, sendo necessário que a escola busque estratégias para que a família se envolva e participe da vida escolar de seus filhos.

Independente de como está capacitado o professor, o aluno com necessidades especiais continuará chegando à escola, estejam elas adaptadas ou não, assim é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. Infelizmente, o despreparo dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na

aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D.B. ET AL. **Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão.** Educação (UFSM), Santa Maria, v.32, n.1, p.327-342, 2007.

BRASIL. Lei 9394 de 24 de dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394-96 Eca.**

BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializada na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, 2009.

BRASIL. **Portal de ajudas técnicas: recursos pedagógicos adaptados I.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em 10 de outubro de 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica - 5. ed.** - São Paulo : Atlas 2003.

MANTOAN, M. T. É.; MARQUES, C. A. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; **Inclusão Escolar- Pontos e Contrapontos.** São Paulo. Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** Revista CEJ. Brasília, n.26, p.36-44, jul/set.2004.

MARCHESI, A.; PALACIOS, J.; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, M. **A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação.** Construindo o Serviço Social, n.16, p.59-87, 2006.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

NERI. Marcelo *et al.* **Retratos da Deficiência no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/IBRE, CPS 2003.

SANTOS, T. C. C. **Educação Inclusiva: práticas de professores frente à deficiência intelectual.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, 2012. Disponível em: [HTTP://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14539](http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14539) Acesso em 09 de outubro de 2018.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SENO, M. P. **A inclusão do aluno com perda auditiva na rede municipal de ensino da cidade de Marília.** Artigo Original. Revista Pedagógica, vol.26, n.81, São Paulo, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-8486200900300005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-8486200900300005) Acesso em 10 de outubro de 2018.

SILVA, A.C. **Escola e família: uma parceria em prol da escola inclusiva.** Fórum Crítico da Educação- Revista do ISEP, v.1, n.2, p.41-55, 2003

SILVA, F. N. R.; VOLPINI, M. N. **Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro – SP 1(1), 2014. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014073755.pdf> Acesso em 05 de outubro de 2018.

SOUSA, E.M.; TAVARES, H. M. **Acessibilidade da criança com deficiência física na escola.** Artigo Original, 2015. Disponível em: [HTTP://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf](http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf) Acesso em 11 de outubro de 2018.